

Local: salão nobre do edifício sede do município de Armamar -----

Data: 24 de fevereiro de 2023 -----

Abertura da reunião: nove horas e quarenta minutos quando, no uso de competências próprias, o presidente da Assembleia Municipal de Armamar, Rui Manuel Tavares Dionísio deu início à única reunião na presente sessão, dirigindo os trabalhos, depois de verificada a existência de quórum, tendo Luís Manuel Costa Rodrigues, desempenhado as funções de primeiro secretário, após ter tomado posse e, Lisete Mendes Osório, segunda-secretária. -----

O presidente da Assembleia Municipal comunicou a substituição, na presente sessão, de Luís Pereira, por Mariana Alvim, de Ana Laranjeira, por Mónica Araújo e de Manuel Paiva, por António Lareiro e comunicou a ausência de Flávia Laranjeira. -----

O presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que o 1.º secretário da Mesa da Assembleia Municipal, José António Fernandes Guedes, solicita renúncia ao cargo, de acordo com o disposto no artigo 24.º do Regimento da Assembleia. Disse que o mesmo fez chegar uma comunicação escrita, ficando a mesma disponível para todos os que a queiram consultar. Posto isto, agradeceu as palavras que constam desse documento e disse ao senhor presidente de junta que compreende os motivos apresentados e referiu *“foi um gosto e um privilégio trabalhar consigo e, por isso, quero agradecer, publicamente, todo o trabalho e dedicação que demonstrou”*. Dada esta situação propôs que de imediato e de modo a completar a Mesa da Assembleia, se iniciem os trabalhos pelo ponto 3 da ordem do dia, relativo à “Eleição do 1.º secretário da Assembleia Municipal”. A presente proposta foi aprovada, por unanimidade. -----

Informou que chegou à Mesa uma proposta única, por parte do grupo municipal do PPD/PSD.CDS-PP, com o nome de Luís Manuel Costa Rodrigues, presidente da junta da freguesia de Fontelo, para ocupar o referido lugar. Procedeu-se à votação, por escrutínio secreto e foram apurados os seguintes resultados: 22 votos válidos, 6 votos

em branco e 0 votos nulos. -----

Neste primeiro momento do período de antes da ordem do dia, o presidente da Mesa lembrou que, no dia de hoje, se assinala o primeiro ano do início da guerra na Ucrânia. Paul Valéry disse: *“a guerra é um massacre entre gente que não se conhece, para proveito de pessoas que se conhecem, mas não se massacram.”* Faz hoje, precisamente um ano que se iniciou a guerra na Ucrânia e, por isso, nesta casa da Democracia, que é a Assembleia Municipal, não poderia deixar de demonstrar solidariedade, que julga ser sentida por todos os membros da Assembleia, às pessoas que foram e estão a ser vítimas de uma guerra que se iniciou há um ano e sem perspetiva do seu final, que levou a que milhões de pessoas tivessem de sair do seu país e à ocorrência de milhares de mortes. Assim sendo, propôs um minuto de silêncio, em memória dos que já faleceram e pelas vítimas do conflito entre a Ucrânia e a Rússia. Não havendo qualquer objeção, por parte dos membros da assembleia, fez-se um minuto de silêncio. -----

Continuando com os trabalhos passou a partilhar alguma informação e correspondência. Fez saber que, em 6 de janeiro, esteve presente na assembleia intermunicipal da Cim DOURO, juntamente com Rosa Marta, que se realizou no auditório municipal de Murça. Partilhou que na referida reunião fez uma intervenção e disse que a mesma se encontra disponível para leitura dos interessados. Informou que no dia 11 de janeiro foi enviado um vídeo para o Agrupamento de Escolas sobre a Assembleia Municipal inserido no projeto Assembleia Municipal Jovem. Em 3 de fevereiro, reuniu a comissão de conferência de representantes, para preparação desta sessão e outros assuntos. Foi falado, entre outros aspetos, da necessidade do cumprimento da justificação das faltas e ausência às reuniões ou sessões, pelo que apelou a todos que cumpram o que está consagrado nos artigos 15.º e 16.º do Regimento. Falaram, ainda, sobre a proposta de Regulamento de Atribuição de Distinções Honoríficas. Sensibilizou, mais uma vez, para a consulta da página da Associação Nacional das Assembleias Municipais, onde se pode

encontrar legislação atualizada e documentos pertinentes -----



Exposição e tratamento de assuntos gerais de interesse para o município. --

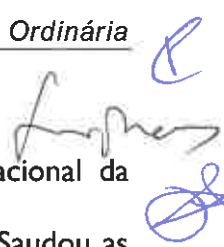
Abertas as inscrições usaram da palavra os seguintes membros: -----

Sara Gouveia cumprimentou os presentes e todos os que assistem a esta sessão na versão online. Referiu que representa, hoje, na assembleia, um grupo de pais cujos filhos frequentam, ou irão frequentar, em breve, o ensino pré-escolar. Dirigindo-se ao senhor presidente da câmara municipal referiu que é uma preocupação, para estes pais, o atual funcionamento desta escola, no que toca a horários e interrupção letiva. O horário de funcionamento, com encerramento às 18h, não é compatível com grande parte do horário laboral dos pais. Por outro lado, não existe qualquer alternativa para as crianças da faixa etária entre os três e os seis anos. Quanto às interrupções letivas, nem sempre existe uma retaguarda familiar e os pais que estão em contexto laboral não conseguem disponibilidade para assegurar tantos dias, ainda que sejam agilizadas férias para esse período. Assim, apelam à compreensão e sensibilidade da Câmara Municipal e sugerem o prolongamento do horário, pelo menos, até às 18h30m e a diminuição do período de interrupção letiva, ou em alternativa uma solução para os alunos durante essas interrupções. Disse que têm consciência que poderá ser um processo complexo, dado os recursos, nomeadamente, que são necessários para tais alterações, contudo estas pequenas alterações fariam muita diferença na realidade de todas as famílias. Deixa com o senhor presidente da Câmara Municipal o pedido formal, subscrito por alguns pais que se reveem nesta situação, agradecendo a melhor atenção para o exposto. -----

Luís Silva cumprimentou os presentes e o público que assiste a esta sessão via online. Começou por questionar o senhor presidente da Câmara Municipal relativamente à Estratégia Local de Habitação de Armamar. No seu entender, seria importante a assembleia e os munícipes terem uma noção do que se trata e que tipo de intervenções contempla, que montantes estarão em causa e, sobretudo, que problemas se preveem

resolver com esta estratégia que está a ser implantada a nível nacional, nos municípios. Ainda no capítulo da habitação, e relativamente ao recente programa apresentado pelo governo, relacionado com as carências habitacionais, perguntou se a Câmara Municipal de Armamar está a contar elencar e participar à administração central alguma habitação que exista, disponível, no concelho. Neste capítulo, como existem alguns imóveis, embora ainda não preparados para serem habitados, poderiam eventualmente, caso tenham enquadramento, ser reabilitados. Outro assunto que referiu diz respeito à segurança rodoviária que não pode ser esquecida, pois abrange os armamarenses e todos os que vistam o concelho. Sobre a sinalização horizontal são inúmeros os compromissos aqui assumidos, mas que continuam sem satisfazer. Procurou saber, também, o ponto de situação relativamente aos semáforos de Fontelo. Sabe-se que as infraestruturas básicas foram instaladas, mas o equipamento tarda em aparecer. Por último, questionou sobre a recente derrocada ocorrida na estrada municipal entre Armamar e Vacalar. Perguntou se já existe uma ideia do que possa ter acontecido e que responsabilidades estarão em causa. Independentemente da situação, em concreto, alertou que estas situações deviam ser prevenidas a montante. Isto porque no suporte das vias municipais de Armamar tem havido, nos últimos anos, um grande descorar de assumir responsabilidades relativamente a saibramentos, escavações que são feitas, quer junto aos taludes de suporte, quer junto aos taludes a montante das estradas e das vias municipais. Não tem havido grande responsabilidade por quem o faz, nem por parte da Câmara Municipal em fiscalizar e acautelar a segurança. São inúmeras as situações, no concelho, principalmente, na zona Norte, em que existe um abuso, por parte dos senhores agricultores, em tentar aproveitar o maior espaço possível e avançam até aos taludes, colocando em causa a segurança e, depois, as responsabilidades caem sobre a Câmara Municipal, no sentido de suportar as faixas de rodagem. -----

António Lareiro cumprimentou os presentes e começou a sua intervenção dizendo



que dentro de poucos dias, comemora-se o dia 8 de março. Dia Internacional da Mulher, instituído em 1910 em honra da luta da mulher em todo o mundo. Saudou as mulheres, em todo o mundo, que em diferentes países têm lutado contra a inferioridade que lhes foi imposta na Lei e na vida, na exploração e opressão capitalista das trabalhadoras sujeitas a jornadas de trabalho desumanas, salários baixos e falta de proteção na gravidez e maternidade. Saudou as mulheres portuguesas que lutaram contra o fascismo, contra a negação de direitos económicos e sociais, políticos e culturais. Às que lutaram e lutam pela liberdade, democracia e pela paz. Saudou a mulheres do concelho, bem como as trabalhadoras da autarquia, na passagem do dia Internacional da Mulher, apelando para que se associem a esta comemoração, dando força à sua determinação e vontade em viver e trabalhar a igualdade no respeito pela sua dignidade e direitos plasmados na Constituição da República e num vasto conjunto de Leis que consagram a igualdade e a valorização do seu estatuto enquanto trabalhadora, mãe e cidadã. Saudou, igualmente, as mulheres eleitas nos diversos órgãos autárquicos, em particular, as presentes nesta sessão de Assembleia Municipal. Dirigindo-se ao senhor presidente da Câmara Municipal referiu-se a um estudo da Universidade de Aveiro, sobre os concelhos do distrito, que mais se desenvolveram com os fundos europeus, de forma sustentável, durante a última década. As conclusões resultam de uma pacto de eficiência dos fundos estruturais de desenvolvimento dos municípios portugueses. De acordo com este estudo, Cinfães e Vila Nova de Paiva estão entre os municípios do país que mais se desenvolveram com os fundos europeus. Municípios que cresceram mais de forma sustentável, mas receberam menos fundos per capita, Cinfães, Resende, São Pedro do Sul, Castro Daire, Vila Nova de Paiva, Sátão, Penalva do Castelo, Moimenta da Beira, São João da Pesqueira, Penedono e Santa Comba Dão. Municípios que cresceram mais de forma sustentável e receberam mais fundos per capita, Sernancelhe, Lamego, Oliveira dos Frades, Vouzela e Mortágua. Municípios que

cresceram menos de forma sustentável e receberam menos fundos per capita, Viseu, Tondela, Carregal do Sal, Mangualde, Aguiar da Beira, Tarouca, Armamar e Tabuaço. Em jeito de conclusão, salientou que Armamar foi dos concelhos que cresceu menos e, também, dos que recebeu menos fundos per capita. Perguntou ao senhor presidente da Câmara Municipal o que tem a dizer sobre este assunto. Lembrou que na sessão de setembro levantou o problema relacionado com uma pessoa que, abusivamente, retirou a água da rede pública para regar pomares. Na altura, o senhor presidente informou que seriam aplicadas as coimas do Regulamento da autarquia e que tinha pedido esclarecimentos ao gabinete jurídico para levantar um processo judicial. Procurou saber se o mesmo aconteceu ou se a câmara, apenas, se limitou a aplicar as coimas do Regulamento. Voltou a questionar sobre o suplemento de penosidade e insalubridade devido aos trabalhadores do município sobre o qual o senhor presidente havia dito que estava à espera do parecer jurídico. Em dezembro de 2022 muitas das câmaras do distrito já tinham atribuído esse suplemento e, assim, cumprido com a Lei. A mesma interpretação foi tida pelas câmaras municipais do resto do país. Perguntou se a Câmara Municipal de Armamar já pagou este suplemento e caso contrário perguntou quais os motivos para não o terem feito. Em relação à descentralização de competências na educação referiu que no início do mês de dezembro, segundo informação do senhor presidente, a câmara era credora do governo, no final do ano de 2022. Perguntou se a situação se mantém e qual a importância. Procurou saber se a Câmara Municipal delegou alguma das competências na Direção do Agrupamento de Escolas e, em caso afirmativo, quais. Por último, questionou como está o processo da parceria público privada e se já existe resposta do Tribunal de Contas. -----

Rosa Marta cumprimentou os presentes e começou a sua intervenção fazendo referência à subida de estadias e número de hóspedes nas casas de Alojamento Local do concelho. Registou-se uma subida de 110%. As receitas no setor do alojamento

turístico, em 2022, mais do que duplicaram, face a 2021 e superaram os níveis de 2019, último ano antes da Covid-19. Segundo a NUTS 2013 – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, no núcleo da Cim Douro, Armamar, também se destacou sendo um dos municípios que teve um maior aumento do número de hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico. Números que tanto nos orgulham. Pode-se concluir que apostar no setor do turismo é cada vez mais um motor imprescindível na economia local. Neste ano, com o título de “Douro Cidade Europeia do Vinho” está convicta que estes números vão aumentar e promover ainda mais o turismo concelhio, bem como a cultura e património local. -----

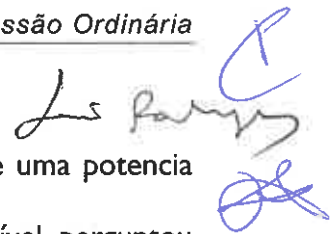
Presidente da Junta de freguesia de São Martinho das Chãs, Rui Fernandes, cumprimentou os presentes e o público online e fez a seguinte intervenção: - *“A junta de freguesia de São Martinho das Chãs vem, por este meio, convidar esta Assembleia para que a próxima sessão ordinária, a realizar no mês de abril, seja incluída na Festa da Macieira em Flor com a intenção de ser realizada no dia 15 de abril, com horário a definir pela Mesa. Tal proposta visa ajudar a divulgar a região, a levar à população o conhecimento, o incentivo à participação e mostrar à população o interesse da Assembleia em todo o território pertencente a este concelho. A Associação Cultural e Recreativa “Jograis de Gogim”, com o apoio da junta de freguesia, vai realizar a Festa da Macieira em Flor, nos dias 15 e 16 de abril tendo efetuado a seguinte proposta: no dia 15 de abril, realização da sessão ordinária da Assembleia Municipal, com intervalo para o almoço, sendo o mesmo oferecido pela Associação. O dia fechará com noite de animação. No dia 16 de abril, na parte da manhã, Caminhada da Macieira em Flor existindo a intenção de efetuar protocolo com a Liga Portuguesa Contra o Cancro para angariação de fundos. No almoço, será realizado o Festival das Sopas para todos os participantes da caminhada e população em geral, seguido de tarde de animação. Para a realização da sessão da Assembleia a junta de freguesia, se assim a Mesa da Assembleia entender, assumirá todas as responsabilidades na preparação da sala, dotando-a de condições*

ideias para realização da mesma comprometendo-se, ainda, a estudar a possibilidade de a mesma ser transmitida em direto. A intenção desta junta em descentralizar a sessão prende-se com o facto de mostrar à população a importância que este órgão tem no desenvolvimento do concelho.” -----

O presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a sugestão do senhor presidente de junta de São Martinhos das Chãs dizendo que a mesma fica registada e será abordada e discutida na conferência de representantes da próxima sessão. -----

Mónica Araújo cumprimentou os presentes e observou que, no dia de ontem, viu na página do Facebook “Municípios do Vinho” um artigo do Enoturismo.pt, publicado no dia 10 de fevereiro, em que enaltece a qualidade dos vinhos do concelho e faz referência a Armamar como uma das mais famosas regiões vinícolas do mundo, onde se produzem vinhos Douro e Porto o que a deixa muito orgulhosa. No entanto, a imagem de divulgação é um dos mais importantes ex-líbris, a maçã, o que para si não é coerente uma vez que temos um património paisagístico notável e que melhor poderia descrever o artigo. Gostaria de saber se o município tem conhecimento desta publicação e responsabilidade na escolha da imagem. -----

Paulo Tolda cumprimentou os presentes e todos os que assistem a esta sessão através dos meios digitais. Disse trazer um conjunto de questões para colocar e, em primeiro lugar, questionou se o município tem alguma candidatura aprovada ou submetida, no âmbito do PRR e de que forma é que está a olhar para o que têm sido os avisos deste programa. Lembrou que existe uma candidatura aberta das ARS, em concreto da ARS Norte, que tem a ver com a dotação dos Centros de Saúde de equipamentos como Holter, Mapa, Espirómetros, RX e se o município tem conhecimento se o Centro de Saúde de Armamar vai ser dotado destes equipamentos. Outra questão que, por acaso, já foi levantada, é no sentido de saber o ponto de situação da Armamar Viva, S.A. Concretamente, se o processo já foi remetido ao Tribunal de Contas e se já foi possível



resolver essa questão. No âmbito do Turismo, sabendo que Armamar é uma potencia turística na região do Douro e tem tido um crescimento significativo e visível, perguntou se Armamar vai estar representado na BTL e de que forma. Questionou qual é o ponto de situação da proposta relacionada com a criação de um ponto turístico, “welcome point” na Folgosa, lembrando que se aproxima a época alta em termos turísticos. Este ano, com o título “Douro Cidade Europeia do Vinho”, sendo a Folgosa o ponto de excelência de entrada de turistas no concelho, teria todo o interesse que Armamar tivesse, ali, um ponto de captação de turistas para o resto do concelho. Aproveitando isso observou que Armamar tem um conjunto de património classificado diverso e, nesse sentido, procurou saber se há alguma estratégia para a valorização desse património e sua divulgação. Seguidamente, referiu que de forma recorrente, alguns municípios, têm dito que há algum atraso nos licenciamentos de processos urbanísticos. Não conhecendo em detalhe esses processos e admitindo que pode haver algumas questões que dependem dos próprios requerentes julga que seria importante a Assembleia perceber se há, ou não, um problema de atraso que se deva aos serviços ou se se trata de questões pontuais que dependem de pareceres de outras entidades, questões jurídicas, etc. Isso podia ser resolvido se fosse apresentado à Assembleia um relatório anonimizado do ponto de situação dos processos. Perguntou, também, sobre a situação do canil intermunicipal e se o município tem submetido candidaturas aos avisos do ICNF no âmbito da esterilização dos animais de companhia, nomeadamente, cães e gatos. Referiu-se, também, à relação entre desenvolvimento sustentável e fundos europeus, salientando que aparentemente há uma relação evidente entre quanto mais são os fundos europeus maior é o desenvolvimento sustentável dos territórios e Armamar, aqui, tem tido, em termos de per capita, um desenvolvimento inferior aos municípios da região. Por fim, associou-se às palavras do senhor presidente da Mesa, relativamente à guerra da Ucrânia. Faz hoje um ano e, por isso, entende que deveria

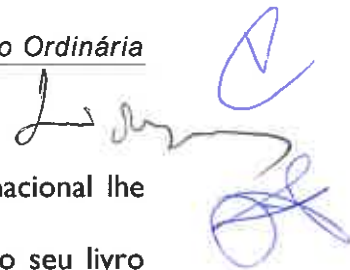
fazer-se um reforço junto das embaixadas daquilo que foi a moção da Assembleia, em relação à guerra, deliberada, há um ano, na sessão de fevereiro quando despoletou a guerra. No seu entender, ficaria bem reforçar esta solidariedade e voto de condenação à guerra que, aparentemente, não tem fim à vista e tem ceifado dezenas de milhares de vidas de ambos os lados, com repercussões económicas muito negativas, principalmente, na Europa e Portugal, em concreto. -----

Marlene Fernandes cumprimentou os presentes e público que assiste a esta sessão via online. Referiu que a sua intervenção se destina a transmitir algumas preocupações reportadas na comunidade escolar, no âmbito das reuniões da Associação de Pais, com as quais, enquanto mãe e encarregada de educação se identifica. Algumas já foram abordadas em sessões de assembleia anteriores mas fica aqui o reforço das mesmas. A primeira tem a ver com os períodos de interrupção letiva, agora mais proximamente as férias da Páscoa e, entretanto, as de verão. Para as crianças em idade escolar, o projeto OPTA tem capacidade limitada de vagas, além de que não abrange todos os agregados. Ficam a sobrar muitas outras crianças que, quer pelos empregos dos pais, ou falta de retaguarda familiar, ficam com poucas alternativas para estes períodos de pausa e as opções privadas existentes também não terão vagas suficientes e poderão não estar ao alcance de todas as carteiras. Assim sendo, questionou se o município está a prever alguma solução, como férias desportivas, ou algo semelhante. Entretanto, sabe-se que aquando da transferência de competências da educação para o município, o mesmo herdou estruturas obsoletas, com inúmeras deficiências estruturais e técnicas, sendo que, obviamente, não é viável financeiramente que tudo fique a funcionar em pleno e a curto prazo. No entanto, pretende-se saber se já foi feito levantamento das reais necessidades de intervenção e quais serão as intervenções prioritárias. No que respeita, por exemplo, à escola primária considera que seria importante investir numa solução para que os alunos pudessem passar os intervalos com alguma dignidade quando as



condições climáticas não são favoráveis. Ao que sabe, a acumulação das crianças nos pequenos corredores é tudo menos saudável, sendo capaz de colocar em causa a sanidade mental de quem passe por lá nesses momentos. Certo que se falou numa cobertura sobre o campo de futebol, no entanto, julga que não resolve a exposição em épocas mais agrestes de exposição ao frio, vento e chuva. Sugeriria que se pudesse avaliar a possibilidade da criação de uma sala polivalente onde pudessem encontrar atividades lúdico educativas que servissem de alternativa ao recreio exterior. -----

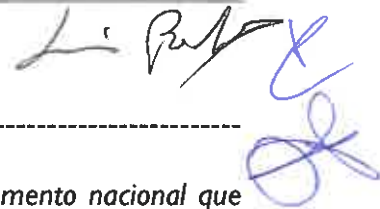
Américo Moreira cumprimentou os presentes e o público online e perguntou ao senhor presidente se haveria alguma hipótese de a Rádio Clube de Armamar fazer a cobertura das sessões de Assembleia Municipal, pois seria uma boa oportunidade de toda a gente ouvir, pois nem todos têm acesso à Internet ou sabem aceder. Uma vez que se falou muito em Turismo, nesta sessão, perguntou para quando o início do turismo cultural e patrimonial neste concelho. Devem pensar nisso porque é sempre muito útil trazer pessoas que tenham capacidade de intervenção crítica e que levem o nome de Armamar o mais longe possível, nomeadamente, as suas gentes, paisagem, gastronomia e beleza. Referenciou os cortes nas estradas que continuam a ser feitos, sistematicamente, sem qualquer respeito pelo património e espaço público que depois resultam em estragos nos carros, levando a que depois a câmara tenha de reparar e pagar aquilo que alguns fazem. Reparou que na serra onde estão as eólicas, em São Cosmado e Lumiares, têm depositado inertes, nas margens da estrada, nomeadamente, restos de construção. Disse que no dia de ontem passou lá e para além disso viu roupas e até raizeiros que foram retirados para fazer novas plantações. Julga que isto é vergonhoso e deveria haver fiscalização, pois, certamente não haverá muita dificuldade em identificar os prevaricadores que estão a destruir a paisagem e, sobretudo, o ambiente. De forma atempada lembrou que está na hora de se começar a limpar as valetas, taludes, espaços públicos e obrigar os particulares a fazerem o mesmo. Depois



disse que lhe foi pedido para anunciar nesta assembleia que um júri internacional lhe atribuiu o 17.º prémio de talentos, através da editora Helvetia, na Suíça, ao seu livro “Crepúsculo Invisível” lançado há sete anos e agora premiado. A entrega do prémio será no dia 21, deste mês, em Genebra. Disse que partilhou esta informação apenas para dar conhecimento e não por qualquer vaidade e para dizer que a poesia é a consciência crítica, profética, mágica no interior do tempo quando todos forem capazes de entender que são esse mesmo tempo. -----

O **presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu os parabéns a Américo Moreira pela atribuição deste prémio. -----

Márcio Moraes cumprimentou os presentes e todos os que acompanham esta sessão através dos canais digitais e endereçou votos de um excelente trabalho ao 1.º secretário da Mesa, recém-eleito. Seguindo os registos das suas intervenções noutras sessões, começou por tecer algumas considerações a pessoas e instituições do concelho que levam o nome de Armamar por este país fora e além-fronteiras. Posto isto, congratulou o Armamar Futsal Clube e toda a sua estrutura por continuarem a fazer história e, desta feita, por terem alcançado o título de campeões distritais de iniciados e vão ter a consequente participação na taça nacional e taça dourado distrital na categoria de infantis. Aos dirigentes, pais e atletas deixou um obrigado. Em relação à atribuição do prémio a Américo Moreira, membro desta assembleia, disse que já tinha pesquisado sobre o mesmo e felicitou-o por, uma vez mais, levar bem alto e longe o nome de Armamar, desta feita, através da sua obra “Crepúsculo Invisível” que será premiada na sétima edição do prémio “Talentos Helvéticos Brasileiros”, a realizar em Genebra a 21 de março. Disse estar certo de que, Américo Moreira, representará bem o seu concelho. Depois mandou um abraço à Daniela Magno que, neste momento, se encontra no Brasil, a representar o país, a região e o seu concelho no concurso internacional “Miss Falls International”. Dado as suas capacidades acredita que vai arrecadar um prémio para



Armamar e para o país. -----

Referiu-se à Igreja Matriz de São Miguel, como sendo “o nosso monumento nacional que tanto nos envaidece”, recentemente requalificada num investimento a rondar os € 355.000,00 e, por isso, não pode deixar de agradecer ao executivo municipal, à comissão fabriqueira da igreja de Armamar por todo o empenho na aprovação e comparticipação desta candidatura e consequente realização de obra. Referenciou as empresas que nela laboraram e todos os intervenientes que, maioritariamente, são filhos deste concelho e que com todo o profissionalismo, realizaram esta obra, ainda, com mais carinho, dada a importância e o valor sentimental que ela representa para todos os armamarenses. Em relação à delegação de competências na área da saúde, já, aqui focada, questionou se nestas transferências de competências, sejam, elas na educação, saúde ou ação social, as verbas estatais acompanham as referidas delegações, acreditando que não. Em relação à construção do novo Centro de Saúde perguntou em que ponto se encontra a candidatura, à luz do PRR, e se há já uma data prevista para o início das obras. Procurou saber, igualmente, o ponto de situação das obras do pavilhão gimnodesportivo, bem como da requalificação da Adega Cooperativa e o prazo previsto para a sua conclusão. -----

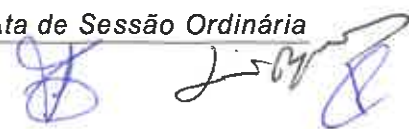
Presidente de junta da freguesia de Folgosa, Márcio Sousa cumprimentou os presentes e o público online. Congratulou-se com a dinâmica das assembleias municipais e reviu-se nas palavras de Paulo Tolda em relação à sua freguesia. Anunciou que no âmbito do “Douro Cidade Europeia do Vinho 2023” vai realizar-se um grande evento na Folgosa, em 5 de agosto, deste ano, designado 1.º Mercado Sabores D’Ouro. Será uma feira com produtos endógenos. Ainda está tudo numa fase embrionária, mas juntamente com o senhor presidente da Câmara Municipal vão articular e realizar um evento com pompa e circunstância. Isto vai ao encontro da sua última intervenção, em assembleia anterior, porque há muito que a sua freguesia ansiava por um evento desta

natureza porque como todos reconhecem a freguesia da Folgosa tem um posicionamento único. Disse-se muito grato pelo executivo municipal ter essa visão.

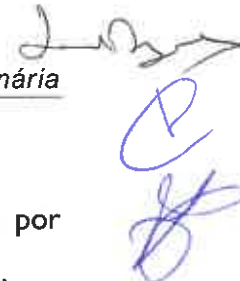
Mudando de assunto agradeceu, pessoalmente, ao senhor presidente da câmara porque veio em seu auxílio num caso que já tinha “barbas” na Folgosa relacionado com uma ação de despejo. -----

Mariana Alvim cumprimentou os presentes e aqueles que assistem a esta sessão via online. Começou a sua intervenção referindo que a Juventude Social Democrata de Armamar, ativa desde o dia 7 de maio de 2022, é uma estrutura partidária com o foco na capacitação e formação política dos jovens do concelho, mas também uma série de outras vertentes complementares, como a cívica, económica, desportiva, cultural e ambiental. Para o presente mandato a Comissão Política à qual preside tem um plano de atividades pensado e organizado e, hoje, gostaria de divulgar, nesta assembleia, a próxima atividade, que é aberta ao público e que consiste numa formação de suporte básico de vida, posição lateral de segurança e obstrução de vias aéreas. Esta atividade conta com o apoio da proteção civil de Armamar e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Armamar que disponibilizaram todo o material necessário e são, também, as entidades formadoras. Esta atividade irá decorrer no dia 11 de março, pelas 15 horas, nas instalações da antiga escola primária de Armamar. Disse que irá disponibilizar à Mesa um cartaz com todas estas informações. Acredita que estas ferramentas são da maior importância e que se podem revelar determinantes nas alturas mais inesperadas e, por isso, é uma oportunidade útil de se preparem, ainda melhor, enquanto cidadãos. Posto isto, convidou todos os presentes a requererem um cartaz e a divulgar em sede de junta de freguesia, por exemplo, ou noutros locais que julguem convenientes. -----

Lisete Osório cumprimentou os presentes bem como o público online e começou por congratular algumas atividades que têm sido realizadas a nível local, nomeadamente, o



programa “Formação Mais Próxima”. Neste âmbito, o município de Armamar executou, no ano anterior, um acordo de colaboração com o Turismo de Portugal, concretamente, com a escola de Hotelaria e Turismo de Lamego e durante o ano de 2022 foram levadas a cabo várias atividades e ações de formação no âmbito da medida “Formação Mais Próxima” do Plano Reativar o Turismo, Construir o Futuro. Estas formações permitiram capacitar e qualificar os agentes turísticos e económicos locais e melhorar, assim, a qualidade dos serviços prestados no âmbito do turismo e da ação local. Este ano, foi dada continuidade a essa parceria, já foram realizadas duas ações de formação, pelo que deu os parabéns ao órgão executivo por ter tomado esta iniciativa. É urgente qualificar as pessoas que trabalham na atividade turística e melhorar a experiência de quem nos visita. É muito importante aproximar a população das outras culturas porque o Douro enquanto Património da Humanidade e, este ano, como Cidade Europeia do Vinho 2023, tem recebido e vai receber muitos turistas e é necessário capacitar e dotar de competências as pessoas que trabalham na área do turismo. Outro assunto, também, muito importante tem a ver com o facto de se ter realizado no dia 1 deste mês a primeira reunião Conselho Municipal de Turismo de Armamar e nesse sentido deu os parabéns à organização por terem convidado, além das pessoas envolvidas, todos os agentes do turismo e os *players* do concelho de Armamar para darem os seus contributos. Passando para o âmbito regional referiu-se às comemorações do 10 de junho que, este ano, vão ser realizadas no Peso da Régua, cuja escolha vem no contexto do Douro ter sido eleito “Cidade Europeia do Vinho 2023”. Entende ser uma excelente oportunidade para o concelho de Armamar pois está mesmo ao lado da Régua e é um sinal muito positivo de valorizar o território e a Cim Douro, em concreto. Esta celebração do 10 de junho no Douro, no ano em que a região é a Cidade Europeia do Vinho, é uma referência nacional, não só na produção do vinho, mas também como território detentor de dois patrimónios da humanidade. Um



destino turístico de excelência e um território com enorme potencial. Deve-se, por isso, aproveitar esta oportunidade para atrair investimentos, criar postos de trabalho e incentivar os jovens a fixar residência nestes territórios despovoados. Falou-se há pouco em desertificação, mas a palavra correta é despovoamento. Os turistas estrangeiros adoram o Douro, as suas aldeias e gentes. Por último, mas não menos importante, e numa perspetiva local e global referiu que faz, hoje, um ano que iniciou a guerra na Ucrânia. Um país conhecido como o celeiro da Europa e toda esta situação afetou Portugal direta e indiretamente e provocou ao longo deste tempo uma crise económica e humanitária a nível europeu. Estes acontecimentos levaram a que cada um ficasse a conhecer pessoas que vieram para Portugal e é de louvar a capacidade organizativa da sociedade civil que, rapidamente, se organizou para acolher e para ir à Ucrânia, voluntariamente, ajudar este povo. Povo com quem “aprendemos” a ser fortes, resilientes, a não baixar os braços, que tem uma energia incrível e que nunca mostraram sinais de cansaço. Reiterou a sua solidariedade com o povo ucraniano e a sua cultura. ---

O presidente da câmara municipal após cumprimentar os presentes passou a dar os esclarecimentos sobre as questões que lhe foram dirigidas, começando pela intervenção de Sara Gouveia que veio transmitir a preocupação de um grupo de pais, sobre o horário praticado no jardim de infância e período de interrupção letiva. Indo, também, de encontro à intervenção de Marlene Fernandes, fez saber que foi assumido, pela Câmara Municipal, quer com o Agrupamento de Escolas, quer com a Associação de Pais, que o município deverá ser o canal de reporte deste tipo de preocupações, de forma a evitar que estas se comecem a diversificar e não se consiga ir de encontro à vontade de todos. São assuntos que têm de ser estudados e programados e, por isso, sugeriu que este documento que lhe foi entregue por Sara Gouveia, se esta assim o entender, seja enviado à Associação de Pais e ao Agrupamento de Escolas para se marcar uma reunião para se debater o assunto. Em relação à intervenção de Luís Silva e

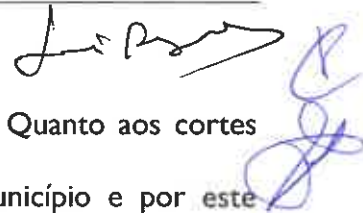


no que respeita à Estratégia Local de Habitação referiu que o documento está aprovado e avançou-se com uma consulta preliminar ao mercado para a execução dos projetos de arquitetura que são necessários para instruir os processos. No que respeita a intervenções do município estão previstos cerca de € 1.140.000,00, que correspondem a dezasseis intervenções, duas em dois imóveis que são propriedade do município e as restantes, conforme está vertido na Estratégia Local de Habitação, serão para a aquisição de, pelo menos, mais um imóvel em cada freguesia para situações de emergência social que possam ocorrer e estão previstas mais oitenta e três intervenções naquilo que respeita a habitações privadas, com um investimento de cerca de € 3.000.000,00. Em termos das carências habitacionais e a eventual reabilitação de alguns edifícios é uma situação muito recente. Trata-se de uma política de habitação que o governo escolheu, com a qual não concorda de todo, mas esse levantamento, ainda, não foi feito e nem sabe se há enquadramento legal para o fazer. Quanto à segurança rodoviária e sinalização horizontal disse que a mesma tem de ser feita mas a máquina de marcação das estradas, ainda, está para reparação numa empresa em Bragança mas logo que chegue se dará início a esses trabalhos. No que diz respeito aos semáforos de Fontelo fez saber que o procedimento foi efetuado e adjudicado aguardando-se que os venham colocar. Em relação à derrocada entre Armamar e o Vacalar, esta não foi caso único, aconteceram várias, umas de maior dimensão do que outras e no que respeita às responsabilidades, numa primeira instância, cabe à Câmara Municipal desimpedir as vias e colocá-las em condições de segurança e, depois, responsabilizar os proprietários pelos custos destas intervenções. Sendo por abuso, ou não, percebe-se que há algumas intervenções de surribas e movimentação de terras no Douro que devido à orografia existente, são complicadas e, por isso, devia existir alguma cautela. No entanto, muitas das situações ocorreram em taludes com cinquenta e sessenta anos. No que diz respeito à intervenção de António Lareiro, associou-se à saudação a todas as mulheres e

registou, com muito agrado, aquele que é cada vez mais o papel da mulher na sociedade e por mérito próprio têm ocupado vários lugares de destaque. Quanto ao estudo de um jornal aos fundos per capita e ao crescimento sustentável com os fundos comunitários disse que não conhece aquilo que está na base destes números, por isso não vai tecer qualquer consideração. Quanto ao roubo de água disse que já foi levantado o auto ao infrator, foi-lhe aplicada a coima e o consultor jurídico está a avaliar se se avança, ou não, para um processo-crime. Em relação ao suplemento de penosidade e insalubridade referiu que o mesmo, ainda, não foi pago porque há uma divergência entre o município e os trabalhadores e aquilo que os próprios sindicatos defendem. Disse que o município de Armamar pagará aos trabalhadores todos os direitos que tiverem em termos de subsídio de penosidade e insalubridade, mas estes não podem querer que o subsídio seja fixo porque o entendimento é que este só tem de ser pago nas horas em que os trabalhadores executam tarefas que estão abrangidas por esse subsídio. Sobre o facto de o município ser credor, no ano de 2022, das transferências de competências da educação disse que foi a essa conclusão a que o município chegou quando fez o controle interno entre o que recebe e o que paga, sabendo que é sempre difícil chegar a um número exato porque quando se pede informação à DGESTE, esta diz que é com a IGEFE e esta, por sua vez, empurra para a DGAL que não tem capacidade de resposta porque estão constantemente a depositar nesta entidade uma série de competências e informações e com os mesmos recursos é impossível darem as informações em tempo oportuno. No que concerne à PPP fez saber que o processo ainda não foi para Tribunal de Contas pois surgiu uma dificuldade relacionada com o facto de os peritos avaliadores ainda não terem conseguido fazer o relatório de avaliação que é fundamental para instruir o processo que tem de conter relatório de dois peritos. Em relação à intervenção de Rosa Marta entende que o concelho deve ficar orgulhoso e satisfeito com a evolução dos números relacionados com o Turismo. Quanto à intervenção de

Rui Fernandes, uma vez que, a mesma foi dirigida ao senhor presidente da Assembleia terá de ser este a gerir esse processo. Passando para a intervenção de Mónica Araújo manifestou satisfação pelo artigo que referiu e com a divulgação dos vinhos da região e fez saber que o município não teve qualquer responsabilidade na seleção das imagens. Julga que seria razoável, quando se está a promover vinhos, as imagens acompanharem o teor do texto. No âmbito das candidaturas do PRR e da transferência de competências na saúde referidas por Paulo Tolda e Márcio Morais referiu que nas transferências de competências na saúde, ao contrário do que aconteceu na educação e acontece na ação social, tem havido conversações e negociações sobre o modelo de transferências. Informou que a Câmara Municipal deliberou aceitar esta transferência de competências com alguns ajustes no que diz respeito aos envelopes financeiros. Basicamente, aquilo que passa para a esfera da autarquia, em termos de recursos humanos, tem a ver com os assistentes operacionais que hoje a unidade de saúde de Armamar tem, com quatro lugares ocupados e um, vago, por força da aposentação. Tem a ver, também, com a gestão dos edifícios, limpeza, vigilância, transferência de viaturas que não se aplica, pois, a viatura já é do município. Por força desta transferência de competências, chegando ao PRR, está prevista a construção de um novo edifício para o Centro de Saúde que será financiado pelo PRR, num investimento, calculado, de € 1.080.000,00 e dentro deste valor está todo o equipamento e mobiliário, como Holter, RX e outros. A previsão é que a obra comece no decorrer deste ano e esteja concluída até finais de 2024. No que respeita ao Turismo disse que o município vai estar presente na BTL no modelo dos anos anteriores, incorporado no stand da Cim Douro. Este ano, o tema principal é o facto de o Douro ser Cidade Europeia do Vinho 2023, com a dinamização de várias ações. Quanto à criação de um ponto turístico na Folgosa como já havia referido em sessão anterior, segundo a APDL, está previsto arrancarem com a obra de construção do posto de turismo e instalações sanitárias dentro em breve. Em relação ao património

classificado e à estratégia turística ligada ao património e à cultura disse que esta tem muito a ver com o trabalho que está a ser desenvolvido pelo arqueólogo no que respeita à carta arqueológica. O resultado deste trabalho tem sido muito interessante, com mais de 500 achados com alguma relevância e dois que são muito importantes para o concelho. Quanto ao atraso nos licenciamentos urbanísticos referiu que isso não existe porque a média de resposta das informações técnicas do município aos promotores ou aos munícipes é de quinze dias. Os processos, não estão parados, muitas vezes o que acontece é que estão a aguardar a junção de elementos, por parte de quem os promove, ou à espera de pareceres das entidades externas. O certo é que estas entidades têm um prazo limite para responder às solicitações do município que são vinte dias, mas muitas vezes os pareceres vêm desfavoráveis uma, duas ou mais vezes. No que diz respeito ao canil intermunicipal fez saber que, pelas informações que vai tendo, a parte de construção civil está concluída e está a ser desenvolvido um trabalho entre os veterinários de Moimenta da Beira, Armamar e Tabuaço relacionado com os equipamentos, cujo caderno de encargos está concluído para se avançar com a aquisição desse equipamento para que o canil possa abrir portas. Em relação às candidaturas ao ICNF para castração e esterilização de animais disse que as mesmas são efetuadas. Quanto à guerra na Ucrânia disse-se solidário com este povo. No que respeita à intervenção de Marlene Fernandes quanto à possibilidade de se criar um espaço fechado, em termos de exterior, no Centro Escolar, disse que isso está pensado e será objeto de análise na próxima reunião entre o Agrupamento de Escolas, o Município e a Associação de Pais. Passando à intervenção de Américo Moreira concordou com a sugestão de as sessões de Assembleia Municipal poderem ser transmitidas pela Rádio Clube de Armamar para que cheguem a um maior número de pessoas, mas cabe ao senhor presidente da Mesa autorizar. Sobre o Turismo Cultural e Patrimonial disse que este é cada vez mais importante e como já referiu esse trabalho está a ser desenvolvido para



se poder enriquecer, ainda, mais o leque disponível para visitação. Quanto aos cortes nas estradas disse que grande parte deles são solicitados ao município e por este autorizados e quem os executa deixa uma caução para ser libertada quando os trabalhos tiverem concluídos. O problema é que muitas vezes a caução que deixam é inferior aos custos e o problema vai-se agravando e acaba por ser a câmara a executar o serviço. Sobre o que se passa nas margens das estradas com a deposição de certos materiais disse que o município tem um espaço destinado ao depósito de resíduos de construção e demolição. Não sabe o que motiva determinadas pessoas a ter esse tipo de comportamentos. A solução terá de passar por insistir com a fiscalização, com os recursos da autarquia ou recorrendo às autoridades policiais (SEPNA) porque estes comportamentos são vergonhosos. Quanto à limpeza dos taludes disse que está previsto que os trabalhos iniciem no mês de março. Endereçou os parabéns a Américo Moreira pela distinção literária que obteve, em Genebra, na Suíça, pois é um motivo de satisfação ter um armamarense e membro da assembleia ser distinguido pela qualidade literária das suas obras. Em relação à intervenção de Márcio Morais, corroborou dos parabéns dirigidos ao Armamar Futsal Clube registando o feito de terem um escalão bicampeões distritais e estendeu as felicitações à estrutura, desde atletas, treinadores, diretores, pais e todos os que contribuem para o sucesso e prática do desporto na comunidade. Deixou uma palavra de incentivo e desejou que tudo corra pelo melhor à Daniela Magno que, neste momento, representa o país, a região e representa muito bem o seu concelho num concurso Internacional de Misses, no Brasil. Quanto às obras da Igreja Matriz de Armamar comunga da satisfação manifestada por Márcio Morais. Sobre a transferência de competências na saúde e ao facto de as verbas que as acompanham serem, ou não, suficientes disse que, neste processo, existe a possibilidade de discutir as verbas que são propostas pela ARS Norte e pelo Ministério da Saúde e a constituição da Comissão de Acompanhamento servirá para fazer essa monitorização de três em três



meses. O que está previsto nesta transferência de competências foi vertido para o Orçamento de Estado de 2023. Nesta primeira fase, há a possibilidade de o município manter uma série de contratos que a ARS Norte tem, como é o caso da empresa de vigilância e a que faz a limpeza e higiene nas instalações, mantendo os valores e julga que o envelope financeiro, por enquanto, será suficiente. Disse que já foram efetuadas algumas consultas preliminares, por parte do município, para estes serviços e julga que se continuar a existir esta abertura e seriedade no processo tudo pode ser levado a bom porto. Quanto às obras do pavilhão gimnodesportivo referiu que as mesmas estão a decorrer dentro do cronograma definido e em breve estarão concluídas. No que respeita à requalificação da Adega Cooperativa, fez saber que as obras de construção civil estão quase terminadas e está a ser efetuado o apetrechamento. Em relação à intervenção do presidente de junta de freguesia da Folgosa acrescentou que a “Cidade Europeia do Vinho” tem os projetos âncora e aqueles que foram definidos pelos municípios da Cim Douro mas também deu a possibilidade de se incluírem novos eventos distribuídos pelo território e não tem dúvidas que a Folgosa, pela localização geográfica e por ser o único aglomerado urbano na EN 222, será o espaço ideal para se fazer o evento que referiu. Quanto à ação de despejo referida disse que o importante é que correu tudo pelo melhor e a junta de freguesia viu o problema resolvido. Em relação à intervenção de Mariana Alvim registou o convite à participação na formação de capacitação na área do suporte básico de vida, agradecendo a sua intervenção. No que respeita à intervenção de Lisete Osório agradeceu as suas palavras e referiu que considera importante que se aposte na formação dos agentes locais da área do Turismo. Olhando para os números, é motivo de satisfação quando se constata o crescimento do número de dormidas no concelho, assim como o aumento do número dias de permanência dos turistas. Quanto às comemorações do dia 10 de junho, considera que é uma oportunidade para o território receber as comemorações do dia de Portugal e de

Camões. Realiza-se na cidade do Peso da Régua mas numa lógica de Cidade Europeia do Vinho, conforme frisou o senhor Presidente da República e estas comemorações não serão, apenas, da cidade da Régua mas do Douro e terão um impacto muito positivo para o território. -----

António Lareiro pediu a palavra para dizer ao senhor presidente da câmara que, talvez por lapso, não respondeu, se a Câmara Municipal delegou alguma das competências na direção do Agrupamento de Escolas. Depois, em relação às obras na Igreja Matriz, não quis comentar se estão bem ou mal. Está arranjada, já não chove o que é positivo, mas numa visita que fez reparou que faltam duas figuras, o Senhor dos Passos e o Senhor Morto. Procurou saber porquê. Em relação ao Turismo disse que também leu a notícia referida por Rosa Branquinho e considera um salto positivo. Os dados são de 2022 e, em relação a 2021, houve uma subida de 110%, houve mais 16.000 dormidas. A comparação é com o ano de 2021 e não 2019 conforme foi dito. -----

O **presidente da Câmara Municipal** pediu desculpa por não ter respondido à questão e referiu que não há qualquer delegação de competências no Agrupamento de Escolas no âmbito da transferência de competências na educação. Quanto às figuras bíblicas que faltam na Igreja disse que as mesmas estão à guarda do pároco da freguesia.-

Intervalo -----

O presidente da Mesa da Assembleia Municipal iniciou os trabalhos às doze horas e cinco minutos e comunicou que continua ausente Flávia Laranjeira. -----

INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Não se verificaram intervenções. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1) **Apreciação da informação escrita, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira** (cuja cópia passou a constituir o anexo I à ata) -----

Abertas as inscrições usou da palavra o seguinte membro: -----

Márcio Morais questionou o senhor presidente da Câmara Municipal sobre uma deliberação de 16 de dezembro, relacionada com o “Armamar Futsal Clube – Candidatura ao programa de reabilitação de instalações desportivas – Pedido de comparticipação”. Procurou saber a que se refere este programa de reabilitação. Questionou, também, em relação à deliberação de 20 de janeiro relacionada com uma informação sobre a consulta da linha área. -----

O **presidente da Câmara Municipal**, em relação ao que foi deliberado sobre o Armamar Futsal Clube - Candidatura ao programa de reabilitação de instalações desportivas, disse que surge no âmbito de uma candidatura do clube ao IPDJ para a reabilitação do polidesportivo de Armamar e o executivo municipal deliberou atribuir um apoio para a parte não comparticipada. Em relação às linhas aéreas refere-se à construção do Parque Fotovoltaico de Vila Chã da Beira e com os corredores das linhas aéreas que transportam a energia até à subestação de Valdigem. O processo está em estudo de impacto ambiental e a Câmara Municipal deliberou no sentido de se consultarem as juntas de freguesia dos territórios onde está definido este traçado, para que estas se pronunciem para posteriormente o órgão executivo se pronunciar. -----

2) Modalidade alargada da CPCJ – Relatório Anual de Atividades e Avaliação (cuja cópia passou a constituir o anexo II à ata). -----

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

3) Eleição do 1.º secretário da Mesa da Assembleia Municipal -----

Deliberação: Este ponto passou para o período de antes da ordem do dia, por concordância de todos os membros presentes, de modo a completar a Mesa da Assembleia Municipal. Foi eleito, Luís Manuel Costa Rodrigues, com 22 votos válidos, 6 votos em branco e 0 votos nulos. -----

4) Ata da sessão de 5 de dezembro de 2022 -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

5) Transferência de competências no domínio da Ação Social – Prorrogação do prazo até 3 de abril de 2023 (cuja cópia passou a constituir o anexo III à ata). ----

O **presidente da Mesa da Assembleia Municipal** em relação a este assunto referiu que o Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de agosto, relativo às competências dos órgãos municipais e das entidades intermunicipais, no domínio da Ação Social, na sua redação atual e de acordo com o artigo 24.º, no seu ponto 4.º, refere que todas as competências previstas no presente Decreto-Lei, consideram-se transferidas para as autarquias locais e entidades intermunicipais até 31 de março de 2022. No ponto 5.º, prazo previsto no número anterior pode ser prorrogado até 3 de abril de 2023, pelos municípios que entendam não reunir as condições necessárias, para o exercício das competências previstas no presente Decreto-Lei, no prazo previsto no número anterior, após prévia deliberação dos órgãos deliberativos e mediante comunicação à DGAL da intenção de prorrogar tal prazo. Com base nesta informação, também, distribuída por todos, vai proceder-se à apreciação e votação deste ponto. -----

Presidente da Câmara Municipal referiu que este assunto tem vindo sucessivamente à Assembleia Municipal, para prorrogação do prazo e tal como dizia na sua intervenção anterior ao contrário do que se está a passar na saúde, na educação e na ação social verifica-se uma imposição intransigente do governo na transferência de competências, sem as negociar com as autarquias. A Associação Nacional de Municípios alertou o governo para a necessidade de se apurarem e afinarem estas transferências de competências mas não é esse o entendimento do governo. A posição do executivo e o que se propõe é que dado ser uma imposição que aconteça na data-limite pois entendem que o processo não foi devidamente conduzido. -----

Abertas as inscrições usou da palavra o seguinte membro: -----

António Lareiro conforme o senhor presidente referiu trata-se de uma imposição do

governo que terá de se aceitar a partir do dia 3 de abril de acordo com a Lei. Perguntou o que acontece se a Assembleia votar contra, por considerar que é mais uma transferência de encargos do que de competências. -----

O **vereador António Silva** cumprimentou os presentes e relativamente a este assunto já se pronunciou várias vezes mas quis dizer, mais uma vez, que não é contra a transferência de competências mas sim contra a forma como estão a ser conduzidas e pelo tratamento que estão a dar aos municípios. Disse que pediu para intervir porque a questão de António Lareiro é pertinente e tem toda a razão de ser. Fez saber que na reunião do órgão executivo em que foi apresentado este assunto para não prejudicar, os armamarenses, no futuro, como isto era impositivo remeteu para a Assembleia aprovar. Sabe que está em causa o adiamento da entrada em vigor de uma transferência de competências por cerca de um mês e na sua perspetiva, respeitando a liberdade de voto de cada um, estão a tentar fazer com que todos façam papel de “parvos”, pois sendo algo impositivo não se pode votar contra ou favor. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

6) Contrato interadministrativo de delegação de competências na união de freguesias de São Romão e Santiago (cuja cópia da minuta do contrato passou a constituir o anexo IV à ata). -----

O **presidente da Mesa da Assembleia Municipal** como é sabido é da competência da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º I do artigo 25.º, anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações. A minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências foi enviada, a todos os membros, assim como o mapa de quantidades, pelo que passou a palavra ao senhor presidente da câmara. -----

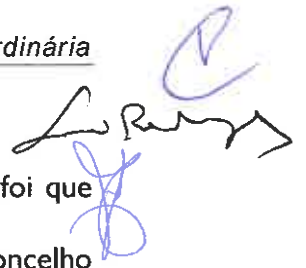
O **presidente da Câmara Municipal** observou que o que se propõe é a celebração

de um contrato interadministrativo entre o município e a união de freguesias de São Romão e Santiago, para se proceder a uma intervenção no lugar do Fundo do Soito, relacionada com a requalificação de uma calçada romana. Por se tratar de vias municipais é uma competência do município mas esta união de freguesias manifestou o interesse de ser o dono de obra e, nesse sentido, propõe-se que a Câmara Municipal disponibilize a quantia que é pedida. -----

Paulo Tolda uma vez que o senhor presidente da assembleia referiu que este contrato tem a ver com a alínea do apoio às freguesias, veio retificar uma vez que o que está em causa é o contrato interadministrativo de delegação de competências e não um apoio à freguesia para as suas próprias competências. Trata-se de uma delegação de competências da Câmara Municipal na freguesia e, em sua opinião, esta é a melhor forma de desenvolver o projeto. Entende que mais situações destas deveriam ser tidas em conta, no futuro, desde que os presidentes de junta assim o entendam e desde que a situação seja vantajosa para as partes, ou seja, desde que a execução da obra, por parte das freguesias, se mostre mais económica e, tecnicamente, mais viável do que se fosse feita pelo município. -----

Presidente da junta de freguesia de São Martinho das Chãs, Rui Fernandes lembrou que numa das primeiras sessões, deste mandato, uma das questões que colocou ao senhor presidente da câmara foi se iria delegar competências nas juntas de freguesia. Na altura, o senhor presidente respondeu que isso não estava previsto. Posto isto, parabizou-o por ter cedido a esta situação e delegar competências nas juntas de freguesia para que as mesmas possam executar obras que são essenciais e ninguém melhor do que os presidentes de junta para conhecerem as reais necessidades das suas freguesias. -----

O **presidente da Câmara Municipal**, em resposta ao senhor presidente de junta de freguesia de São Martinho das Chãs disse que este deve ter percebido mal porque nunca



disse que não ia delegar competências nas freguesias. Aquilo que sempre disse foi que em sede de orçamento municipal ficava uma rubrica destinada às freguesias do concelho e desde que fossem apresentados projetos que, por mérito ou pela necessidade comprovada, a câmara estaria disponível para analisar as propostas dos senhores presidentes de junta de freguesia. -----

7) Constituição de grupo de trabalho para elaboração de Regulamento de Atribuição de Distinções Honoríficas -----

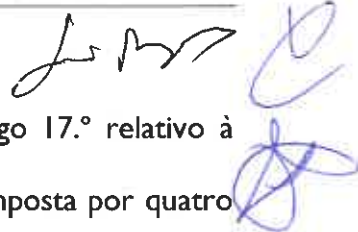
O **presidente da Mesa da assembleia Municipal** informou que este ponto surgiu de uma proposta da Mesa e também por parte dos membros dos grupos municipais, tendo sido distribuído um documento numa fase inicial. Nesta constituição tem de se ter presente o artigo 71.º do Regimento da AMA que no seu ponto 3 diz que “as delegações, comissões eventuais ou grupos de trabalho são constituídos para a prossecução de um objetivo determinado extinguindo-se quando o mesmo seja concluído ou se torne impossível concluí-lo”. Nesta perspetiva e relativamente a este ponto foi decidido, por unanimidade, dos presentes em conferência de representantes que esta comissão será constituída pela Mesa da Assembleia e por um elemento de cada grupo municipal indicado por cada grupo e propor ao órgão executivo do município proposta de elaboração de um documento em conjunto relativo à atribuição de distinções honoríficas. Mais informou, que já foi comunicada esta intenção e a mesma aguarda decisão do plenário. -----

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

8) Eleição de cidadão eleitor para integrar a comissão alargada da CPCJ -----

O **presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, na sequência da comunicação prestada pela cidadã eleitora Maria João Monteiro, eleita pela Assembleia Municipal para integrar a CPCJ de Armamar e na qual a mesma revelou indisponibilidade para continuar a desenvolver as suas funções, por motivos de ordem pessoal e profissional, cabe a este



órgão, no âmbito da Lei n.º 147/99 de 1 de setembro, no seu artigo 17.º relativo à composição da comissão alargada alínea l) que a mesma deve ser composta por quatro cidadãos eleitores, preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo, designados pela Assembleia Municipal. Nesta perspetiva a Assembleia tem de designar um novo elemento para colmatar esta indisponibilidade de um dos comissários da CPCJ. Informou que chegou à Mesa requerimento, do grupo municipal do PPD/PSD.CDS-PP com a proposta do cidadão Rubén João Varela, residente em Armamar, com mestrado em Psicologia Clínica, tendo como experiência profissional o exercício da atividade em IPSS's do concelho, exercendo, atualmente, atividade própria de Psicólogo Clínico e Psicoterapeuta e tem participado na organização de algumas atividades relacionadas com a CPCJ de Armamar. Como não foi apresentada proposta por parte dos restantes grupos municipais procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, com a entrega de boletim de voto com a designação da lista A. -----

Deliberação: Eleito o cidadão Rubén João Varela Julião Ferreira, com 23 votos válidos, 5 votos em brancos e 0 votos nulos. -----

Márcio Morais agradeceu a disponibilidade do Rubén Ferreira, um jovem que não é natural de Armamar mas fixou-se cá e está a constituir família. É sempre gratificante as pessoas darem um pouco de si de forma livre, desprendida e gratuita. De qualquer modo, não é só ao Rubén que se deve agradecer porque a CPCJ é um trabalho de muitos, para a comunidade, pelo que agradeceu a todos os membros que a integram e dão o seu melhor. Naturalmente, há sempre alguém que lidera e, neste caso, não na qualidade de vereadora mas enquanto cidadã, agradeceu à Cláudia Damião toda a disponibilidade que tem tido para a CPCJ e por ter levado esta comissão a bom porto. --

Encerramento da reunião -----

Conforme está disposto no n.º 4 do artigo 57º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de

setembro, foi feita a leitura do texto das deliberações, submetendo-o a apreciação e votação sob a forma de minuta. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

Forma de votação -----

----- Todas as deliberações desta reunião foram votadas de forma nominal à exceção dos pontos 3 e 8 da ordem do dia, cuja votação foi feita por escrutínio secreto. -----

----- Não havendo mais nada a tratar, foi pelo presidente da assembleia municipal encerrada a sessão às doze horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente:



Primeiro secretário:



Segundo-secretário:

